



ECOSOC – Banco Mundial

Chairs: Helena Bernardes Machado, Stefano Tonanni Rivetti e Guilherme Dal Pozzo
Rascovski

1. Introdução ao Comitê

O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), cuja missão central é reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável. Atuando por meio de financiamentos, parcerias e apoio técnico, o Banco Mundial desempenha um papel crucial na formulação de políticas que impactam diretamente o crescimento econômico global. Este ano, o comitê abordará dois temas centrais: (a) O Papel da Tecnologia Digital na Promoção da Inclusão Financeira e na Redução da Pobreza e (b) Combatendo Práticas Econômicas Neocolonialistas: O Papel do Banco Mundial na Garantia do Desenvolvimento Econômico Soberano. As discussões buscarão explorar como a tecnologia pode ser usada para democratizar o acesso ao sistema financeiro, ao mesmo tempo em que se analisa o impacto de práticas econômicas herdadas do colonialismo, que ainda limitam a autonomia de países em desenvolvimento. Por meio de propostas colaborativas e políticas equitativas, o comitê pretende alinhar o progresso tecnológico e econômico à justiça social global.

1.1. Tópico 1: O Papel da Tecnologia Digital na Promoção da Inclusão Financeira e na Redução da Pobreza

À medida que as economias do mundo crescem e se tornam cada vez mais



conectadas por meio da tecnologia, muitas pessoas e empresas passam a ter oportunidades de interagir de novas formas em escala global. No entanto, essas oportunidades não são distribuídas de forma igualitária, e, por vezes, as próprias populações que deveriam ser beneficiadas acabam sendo prejudicadas. O Banco Mundial está - com políticas adequadas - em uma posição única e poderosa para aproveitar esses motores digitais de progresso em benefício de todo o mundo.

1.2. Tópico 2: Combatendo Práticas Econômicas Neocolonialistas: O Papel do Banco Mundial na Garantia do Desenvolvimento Econômico Soberano

Muitos ex-colônias ainda enfrentam os efeitos econômicos do colonialismo, como a extração agressiva de recursos e a desigualdade no cenário internacional. Práticas econômicas neocolonialistas sufocam o crescimento de economias em desenvolvimento e impedem que os países aproveitem plenamente seus próprios recursos naturais, dificultando o progresso econômico. Considerando sua missão de acabar com a pobreza global e promover o desenvolvimento econômico sustentável, o Banco Mundial está em uma posição privilegiada para aliviar as pressões dessas práticas e garantir um desenvolvimento econômico justo e soberano.

2. Países

- 1. República Árabe do Egito**
- 2. República Islâmica do Irã**
- 3. República Federativa do Brasil**
- 4. República Federal da Alemanha**



5. **República Francesa**
6. **República das Filipinas**
7. **República da Índia**
8. **República da Nigéria**
9. **República da Turquia**
10. **República Islâmica do Afeganistão**
11. **República Popular da China**
12. **Estados Unidos da América**
13. **Federação Russa**
14. **Estados Unidos Mexicanos**

2.1. Descrição da posição dos países

1. **República Árabe do Egito:** Defende o uso de tecnologias digitais para ampliar o acesso a serviços bancários nas áreas rurais e busca maior autonomia econômica frente às pressões externas.
2. **República Islâmica do Irã:** Critica práticas econômicas neocolonialistas e exige reformas no sistema financeiro internacional para garantir soberania econômica dos países em desenvolvimento.
3. **República Federativa do Brasil:** Advoga pela democratização do acesso digital como ferramenta de inclusão e defende o fortalecimento do Sul Global diante de estruturas financeiras desiguais.
4. **República Federal da Alemanha:** Apoiava iniciativas de digitalização financeira com foco em boas práticas regulatórias, mas é criticada por manter influência econômica em países do Sul.



5. **República Francesa:** Promove parcerias tecnológicas e financiamento para inclusão digital, mas enfrenta desafios em conciliar interesses econômicos com equidade global.
6. **República das Filipinas:** Busca apoio internacional para superar desigualdades tecnológicas internas e se opõe a imposições econômicas que limitem seu desenvolvimento.
7. **República da Índia:** Destaca o sucesso de seus programas de inclusão digital e pressiona por uma reforma global no financiamento para maior justiça econômica.
8. **República da Nigéria:** Defende investimentos em infraestrutura digital para reduzir a pobreza e condena práticas neocoloniais que prejudicam o crescimento africano.
9. **República da Turquia:** Interessa-se por soluções digitais para impulsionar o setor bancário e apoia uma revisão das condições impostas por instituições financeiras globais.
10. **República Islâmica do Afeganistão:** Busca assistência técnica e financeira para reconstrução nacional, com foco em tecnologias que ampliem a inclusão social e econômica.
11. **República Popular da China:** Promove sua experiência em tecnologia digital como modelo de inclusão, enquanto desafia estruturas econômicas internacionais dominadas pelo Ocidente.
12. **Estados Unidos da América:** Defende o uso do capital privado para impulsionar inovação financeira, mas é criticado por manter estruturas que perpetuam desigualdades globais.
13. **Federação Russa:** Rejeita a hegemonia ocidental nas decisões do Banco Mundial



e propõe um sistema multilateral mais inclusivo e soberano para países em desenvolvimento.

14. Estados Unidos Mexicanos: Busca maior acesso a tecnologias financeiras para combater a pobreza interna e defende reformas que garantam autonomia econômica regional.

3. Histórico/Função do Comitê

O Banco Mundial é uma instituição internacional criada em 1944 para promover o desenvolvimento econômico e reduzir a pobreza em países de baixa e média renda. Sua atuação se dá por meio de empréstimos, assistência técnica, apoio a políticas públicas e promoção de parcerias para o desenvolvimento sustentável. Nos últimos anos, o Banco Mundial tem enfrentado o desafio de equilibrar seu papel de financiador com o respeito à soberania nacional dos países que apoia.

4. Tópico 1: O Papel da Tecnologia Digital na Promoção da Inclusão Financeira e na Redução da Pobreza

3.1. Introdução ao Tema

A tecnologia digital transformou o acesso a serviços financeiros, especialmente em regiões onde bancos tradicionais não chegam. Plataformas móveis, fintechs e carteiras digitais passaram a oferecer contas, crédito e transferências com mais facilidade e menos burocracia. Essa revolução tem impacto direto na redução da pobreza, ao permitir que mais pessoas participem da economia formal, guardem dinheiro, empreendam e planejem



seu futuro financeiro.

3.2. Histórico do Tema

A inclusão financeira digital começou a ganhar força nos anos 2000, especialmente na África e na Ásia, com o uso de celulares para movimentar dinheiro. Um marco importante foi o M-Pesa no Quênia, que provou que é possível bancarizar populações inteiras usando apenas um celular simples. Desde então, diversos países têm adotado soluções tecnológicas para alcançar os excluídos do sistema financeiro formal.

3.3. Situação Atual

Cerca de 1,4 bilhão de adultos ainda não têm acesso a serviços bancários. Apesar disso, a tecnologia vem avançando, e os bancos digitais estão crescendo, especialmente nos países em desenvolvimento. O grande desafio atual é garantir acesso igualitário à tecnologia, com segurança, acessibilidade e inclusão digital, para que essa transformação beneficie realmente os mais pobres.

3.4. Perguntas a Considerar

1. Como garantir acesso digital a populações pobres e rurais?
2. O que pode ser feito para reduzir o analfabetismo digital?
3. Qual é o papel do Banco Mundial no financiamento de infraestrutura digital?
4. Como evitar a exclusão de grupos vulneráveis nesse processo?
5. O uso de tecnologia financeira aumenta ou diminui a desigualdade?
6. Como proteger dados financeiros dos usuários?



3.5. Subtópicos - sugestão da mesa

- 1.1. Infraestrutura tecnológica em regiões de baixa renda
- 1.2. Inclusão financeira de mulheres através de soluções digitais
- 1.3. Papel das fintechs na concessão de microcrédito
- 1.4. Programas de educação financeira digital
- 1.5. Acesso à internet e dispositivos móveis
- 1.6. Regulação e proteção de dados no sistema financeiro digital

5. Tópico 2: Combatendo Práticas Econômicas Neocolonialistas: O Papel do Banco Mundial na Garantia do Desenvolvimento Econômico Soberano

4.1. Introdução ao Tema

Muitos países em desenvolvimento têm enfrentado obstáculos ao tentar crescer economicamente sem se submeter à influência de potências estrangeiras. Práticas como empréstimos com exigências políticas, exploração de recursos naturais e dependência econômica são chamadas de neocolonialismo. O desafio é repensar o papel do Banco Mundial, garantindo que ele apoie o desenvolvimento com respeito à soberania e às decisões locais.

4.2. Histórico do Tema

Desde os anos 1980, países endividados foram forçados a adotar reformas estruturais exigidas por instituições financeiras internacionais. Muitas vezes, essas reformas causaram desemprego, perda de direitos sociais e maior dependência externa.



Nos últimos anos, críticas a esse modelo cresceram, e surgiram propostas de desenvolvimento mais soberano, com participação local e menos interferência externa.

4.3. Situação Atual

Ainda existem casos em que o financiamento internacional vem com exigências que limitam a autonomia dos países. Muitos países buscam alternativas mais equilibradas, como a cooperação Sul-Sul. O Banco Mundial tem revisado algumas de suas práticas, mas ainda é cobrado por maior transparência, respeito às culturas locais e combate à dependência econômica.

4.4. Perguntas a Considerar

1. O que caracteriza uma prática econômica neocolonialista?
2. Como o Banco Mundial pode apoiar sem impor reformas?
3. Qual o limite entre apoio técnico e imposição de políticas?
4. Como garantir que os projetos financiados respeitem a realidade local?
5. O endividamento de países pobres é uma forma de controle econômico?
6. Quais alternativas existem aos empréstimos tradicionais?

4.5. Subtópicos - sugestão da mesa

- 2.1. Condicionalidades impostas em empréstimos internacionais
- 2.2. Dívida externa como ferramenta de dependência
- 2.3. Desenvolvimento local vs. interesses internacionais
- 2.4. Participação da população local em decisões econômicas
- 2.5. Cooperação Sul-Sul como alternativa ao modelo tradicional
- 2.6. Monitoramento e transparência nos projetos financiados pelo Banco Mundial